

- c) Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício das funções a que se candidata;
- d) Encontrar-se física e psiquicamente apto para o desempenho das funções e ter cumprido as leis de vacinação obrigatória.

7.2 — São requisitos especiais os referidos na alínea a), do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 437/91, de 8 de Novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 412/98, de 30 de Dezembro:

- a) Posse do título profissional de enfermeiro;
- b) Detenção de relação jurídica de emprego público previamente constituída, por tempo indeterminado, determinado ou determinável.

7.3 — Não podem ser admitidos candidatos que, cumulativamente, se encontrem integrados por tempo indeterminado, na carreira, sejam titulares da categoria e, não se encontrando em mobilidade, ocupem postos de trabalho previstos no mapa de pessoal da Administração Regional de Saúde do Centro, I. P. idênticos aos que, para cuja ocupação, se publicita o procedimento.

8 — Prazo de validade

O presente recrutamento destina-se ao preenchimento dos postos de trabalho colocados a concurso (1), e para os que, precedido, de parecer favorável dos membros do Governo responsáveis pelas finanças e pela Administração Pública, venham a ser considerados necessários nos serviços abrangidos pela ARS Centro, I. P., no prazo de 2 anos, contados da data da publicação da respectiva lista de classificação final.

9 — Formalização das candidaturas

9.1 — As candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento dirigido ao Presidente do Conselho Directivo da Administração Regional de Saúde do Centro, IP, podendo ser entregue directamente nas instalações da Administração Regional de Saúde do Centro, IP sitas na Alameda de Júlio Henriques, s/n 3001-553 Coimbra, no período compreendido entre as 9 horas e as 12 horas e as 14 horas e as 16H30, ou remetido pelo correio, para a mesma morada, com aviso de recepção.

9.2 — A candidatura deverá ser acompanhada, sob pena de exclusão, dos seguintes elementos:

- a) Cópia dos documentos de identificação (Bilhete de Identidade/Cartão de Cidadão; NIF)
- b) Currículo profissional detalhado, devidamente assinado, donde constem, para além de outros elementos julgados necessários, os seguintes: habilitações literárias, funções que exercem e exerceram, bem como a formação profissional detida;
- c) Documento comprovativo das habilitações literárias;
- d) Documento comprovativo das habilitações profissionais, cursos e acções de formação com indicação das entidades promotoras e respectiva duração;
- e) Declaração passada pelo órgão ou serviço onde exerce funções, da qual conste a identificação da relação jurídica de emprego público previamente estabelecida, carreira e categoria de que o candidato seja titular e actividade que executa, bem como experiência profissional;
- f) Outros documentos, considerados relevantes para análise da candidatura, que tenham mencionado no requerimento de candidatura, e não identificados no presente aviso.

9.3 — A apresentação dos documentos comprovativos das situações previstas nas alíneas b) a d) do n.º 7.1 do presente aviso é dispensada nesta fase, desde que o candidato declare, no requerimento de admissão ao concurso, sobre compromisso de honra, a situação precisa em que se encontra relativamente a cada um dos requisitos.

9.4 — As falsas declarações prestadas pelos candidatos serão punidas nos termos da lei.

9.5 — Assiste ao Júri a faculdade de exigir a qualquer candidato, em caso de dúvida sobre a situação que descreve no seu currículo, a apresentação de elementos comprovativos das suas declarações.

10 — Composição e identificação do Júri

O Júri do presente procedimento terá a seguinte composição:

Presidente: Maria Leal Couto Cordeiro, Enfermeira-Chefe do ACES Pinhal Litoral I.

1.º Vogal efectivo: Maria Celeste Carreira Francisco, Enfermeira Especialista do ACES Pinhal Litoral II, que substituirá a Presidente nas suas faltas e impedimentos.

2.º Vogal efectivo: Maria José Henriques Napoleão, Enfermeira-Chefe do ACES Pinhal Interior Norte II.

1.º Vogal suplente: Lucília Maria Rego Pacheco Sousa, Enfermeira-Chefe do ACES Pinhal Litoral II.

2.º Vogal suplente: Maria Antonieta Revez Pereira Coucelo, Enfermeira Especialista do ACES Pinhal Litoral I.

11 — Métodos de Selecção

11.1 — O método de selecção aplicável é a avaliação curricular, nos termos do n.º 4 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 437/91, de 8 de Novembro,

na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 412/98, de 30 de Dezembro, em conjugação com o n.º 4 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 248/2009, de 22 de Setembro, e com o artigo 21.º, da Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril.

A avaliação curricular visa avaliar a qualificação profissional dos candidatos, ponderando, de acordo com as exigências da função, a habilitação académica, a formação profissional, a experiência profissional e outros elementos considerados relevantes.

11.2 — A classificação final dos candidatos será expressa na escala de 0 a 20 valores, resultante da média ponderada pela aplicação da seguinte fórmula:

$$CF = \frac{(HA \times 2) + (NC \times 2) + (EP \times 8) + (FP \times 4) + (OECR \times 4)}{20}$$

Em que:

CF — Classificação Final

HA — Habilitações Académicas

NC — Nota de Curso

EP — Experiência Profissional

FP — Formação Profissional

OECR — Outros elementos considerados relevantes, relacionados com a área de trabalho a que se candidata

11.3 — Os critérios de apreciação e ponderação, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constam de acta de reunião do júri do concurso, que será facultada aos candidatos sempre que solicitada.

11.4 — Considerando-se não aprovados os candidatos que obtenham classificação inferior a 10 valores, como tal se considerando por arredondamento a classificação inferior a 9.5 valores.

11.5 — As listas de candidatos admitidos e excluídos e a lista de classificação final do concurso serão publicadas no *Diário da República*, de acordo com o estipulado no n.º 2 do artigo 33.º e no artigo 38.º do Decreto-Lei n.º 437/91, de 8 de Novembro, e afixadas nas instalações da Administração Regional de Saúde do Centro, IP, sitas na Av. Fernão de Magalhães, 481 — 2.º - Coimbra.

12 — Igualdade de oportunidades no acesso ao emprego

Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

13 — Publicitação na Bolsa de Emprego Público

Nos termos do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 437/91, de 8 de Novembro, o presente aviso será publicitado no *Diário da República*, 2.ª série, por extracto, em jornal de expansão nacional, e ainda na Bolsa de Emprego Público (www.bep.gov.pt) e no portal da internet desta Administração Regional de Saúde, www.arscentro.min-saude.pt.

2010/08/10. — O Presidente do Conselho Directivo, *Dr. João Pedro Pimentel*.

203641722

Aviso n.º 17461/2010

Procedimento concursal para recrutamento de trabalhador com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, para o preenchimento de um posto de trabalho destinado a técnicos superiores de saúde, ramo de farmácia, no âmbito do Mapa de Pessoal da ARS Centro, IP.

Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 6.º e no artigo 50.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, torna-se público que, por Deliberação do Conselho Directivo desta ARS Centro, IP, de 23 de Julho de 2010, se encontra aberto, pelo prazo de 15 dias úteis, a contar da data da publicitação no *Diário da República*, procedimento concursal de ingresso, tendo em vista o preenchimento de um posto de trabalho para a categoria de assistente da carreira dos técnicos superiores de saúde, ramo de farmácia na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, do Mapa de Pessoal da ARS Centro, I. P., para o Agrupamento de Centros de Saúde Pinhal Interior Norte I.

1 — Descrição breve do conteúdo funcional do posto de trabalho a ocupar e perfil de competências

1.1 — Descrição breve do conteúdo funcional do posto de trabalho a ocupar: Os constantes do n.º 1 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 414/91, de 22 de Outubro, na redacção dada pelo artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 501/99, de 19 de Novembro.

1.2 — Perfil de competências: Experiência profissional comprovada no contexto dos serviços que integram a rede de cuidados de saúde pri-

mários, no mínimo de 1 ano, que tenha permitido adquirir conhecimentos nas matérias relacionadas com as seguinte actividades a desenvolver:

- a) Integração em equipas multidisciplinares;
- b) Supervisionar o acondicionamento, distribuição e utilização dos medicamentos no âmbito das unidades prestadoras de cuidados de saúde integrantes do ACES.

2 — Índice remuneratório e condições de trabalho

A remuneração é a correspondente ao escalão e índice, da categoria de assistente, constantes da tabela anexa ao Decreto-Lei n.º 414/91, de 22 de Outubro, alterada pelo Decreto-Lei n.º 501/99, de 19 de Novembro, sendo as condições de trabalho e regalias sociais, genericamente, as vigentes para os trabalhadores com relação jurídica de emprego público titulada por contrato de trabalho em funções públicas.

3 — Local de trabalho

As funções serão exercidas nas instalações do ACES Pinhal Interior Norte I.

4 — Legislação aplicável

O presente concurso é regulado pelo Decreto-Lei n.º 414/91, de 22 de Outubro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 501/99, de 19 de Novembro e pela Decreto-Lei n.º 213/2000, de 2 de Setembro, e ainda pelas disposições constantes da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro, do Decreto-Lei n.º 69-A/2009, de 24 de Março, a Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, do Decreto-Lei n.º 72-A/2010, de 18 de Junho, da Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, da Lei n.º 58/2008, de 9 de Setembro e do Código do Procedimento Administrativo.

5 — Âmbito de recrutamento

Nos termos do n.º 6, do artigo 6.º, da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, do Despacho n.º 1335/2009/SEAP, de 12 de Outubro de 2009, do Senhor Secretário de Estado da Administração Pública e do Despacho de concordância n.º 748/09/MEF, de 14 de Outubro de 2009, do Senhor Ministro de Estado e das Finanças, só podem ser admitidos ao presente concurso os trabalhadores que tenham previamente constituída relação jurídica de emprego público, titulada por contrato de trabalho por tempo indeterminado, por tempo determinado ou determinável.

6 — Requisitos de admissão

6.1 — São requisitos gerais de admissão a concurso, definidos no artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 213/2000, de 2 de Setembro:

- a) Ter nacionalidade portuguesa, salvo nos casos exceptuados por lei especial ou convenção internacional;
- b) Ter 18 anos completos;
- c) Possuir as habilitações profissionais legalmente exigíveis para o desempenho do cargo;
- d) Ter cumprido os deveres militares ou de serviço cívico, quando obrigatório;
- e) Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício das funções a que se candidata;
- f) Possuir a robustez física e o perfil psíquico indispensáveis ao exercício da função e ter cumprido as leis de vacinação obrigatória.

6.2 — São requisitos especiais:

- a) Ser detentor do grau de especialista no ramo de Farmácia;
- b) Ser detentor de relação jurídica de emprego público previamente constituída, por tempo indeterminado, determinado ou determinável.

6.3 — Não podem ser admitidos candidatos que, cumulativamente, se encontrem integrados por tempo indeterminado, na carreira, sejam titulares da categoria e, não se encontrando em mobilidade, ocupem postos de trabalho previstos no mapa de pessoal da Administração Regional de Saúde do Centro, I. P. idênticos aos que, para cuja ocupação, se publicita o procedimento.

7 — Prazo de validade

O presente recrutamento destina-se ao preenchimento dos postos de trabalho colocados a concurso (1), e para os que, precedido, de parecer favorável dos membros do Governo responsáveis pelas finanças e pela Administração Pública, venham a ser considerados necessários nos serviços abrangidos pela ARS Centro, I. P., no prazo de um ano, contado da data da publicação do aviso de abertura.

8 — Formalização das candidaturas

8.1 — As candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento dirigido ao Presidente do Conselho Directivo da Administração Regional de Saúde do Centro, IP, podendo ser entregue directamente nas instalações da Administração Regional de Saúde do Centro sitas na Alameda Júlio Henriques s/n 3001-553 Coimbra, no período compreendido entre as 9 horas e as 12H00 e as 14 horas e as 16H30, ou remetido pelo correio, para a mesma morada, com aviso de recepção.

8.2 — Do requerimento deverão constar os seguintes elementos:

- a) Identificação do requerente (nome, filiação, naturalidade, nacionalidade, número e data de emissão do bilhete de identidade, bem como

a data de validade do mesmo, e serviço de identificação que o emituiu, estado civil, residência, código postal e telefone);

- b) Habilitações literárias;
- c) Categoria, serviço e local onde desempenha funções;
- d) Identificação do concurso, com indicação do número do aviso, a categoria a que concorre, bem como do número e data do *Diário da República* onde se encontra publicado o aviso;
- e) Endereço para onde deverá ser enviada documentação relativa ao concurso.

8.3 — Os requerimentos de admissão deverão ser acompanhados, sob pena de exclusão, da seguinte documentação:

- a) Declaração actual, passada pelo serviço a que se encontra vinculado o candidato, da qual constem de forma pormenorizada e inequívoca, a existência e a natureza da relação jurídica de emprego público detida, e a antiguidade na categoria, na carreira e na função pública;
- b) *Curriculum Vitae* (quatro exemplares) detalhado e assinado, do qual constem as habilitações académicas, as habilitações e qualificações profissionais (acções de formação e outras), a experiência profissional, com indicação das funções com mais interesse para o lugar a que se candidata, bem como quaisquer outros elementos que os interessados consideram relevantes para a apreciação do seu mérito;
- c) Certificado comprovativo das habilitações literárias;
- d) Documento comprovativo da titularidade do grau de especialista no respectivo ramo de actividade;
- e) Certificados comprovativos das acções de formação frequentadas;
- f) Fotocópia do bilhete de identidade;
- g) Outros documentos que o candidato considere relevantes para apreciação do seu mérito.

8.4 — As falsas declarações prestadas pelos candidatos serão punidas nos termos da lei.

8.5 — Nos termos do n.º 3 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 213/2000, de 2 de Setembro, o júri pode, ainda, exigir aos candidatos a apresentação de documentos comprovativos de factos por eles referidos que possam relevar para apreciação do seu mérito.

9 — Composição e identificação do Júri

O Júri do presente procedimento terá a seguinte composição:

Presidente: Elizabete do Vale Felício Nunes Gonçalves, Assistente Principal, Ramo de Farmácia, da ARS Centro, IP.

1.º Vogal efectivo: Isabel Maria da Silva Craveiro, Assistente Principal, Ramo de Farmácia, da ARS Centro, IP, que substituirá a presidente nas suas faltas e impedimentos.

2.º Vogal efectivo: Cláudia de Jesus Galvão Morais Soares Carqueja, Assistente Principal, Ramo de Farmácia, da ARS Centro, IP.

1.º Vogal suplente: Maria de Fátima Almira Viana, Assistente Principal, Ramo de Farmácia, da ARS Centro, IP.

2.º Vogal suplente: Maria da Conceição Silva Quinaz Paulos, Assistente Principal, Ramo de Farmácia, da Unidade Local de Saúde da Guarda, E. P. E.

10 — Métodos de Selecção

10.1 — O método de selecção aplicável é a avaliação curricular complementada com entrevista profissional de selecção, de acordo com o artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 414/91, de 22 de Outubro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 501/99, de 19 de Novembro, em conjugação com o Decreto-Lei n.º 213/2000, de 2 de Setembro, e o artigo 21.º da Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, diploma que aprova o Orçamento de Estado para 2010.

A avaliação curricular visa avaliar as aptidões profissionais do candidato no ramo de actividade para que o concurso é aberto, com base na análise do respectivo currículo profissional.

A entrevista profissional de selecção visa avaliar, numa relação interpessoal e de forma objectiva e sistemática, as aptidões profissionais e pessoais dos candidatos.

10.2 — A classificação final resultará da seguinte fórmula:

$$CF = (2AC + E) / 3$$

10.3 — Consideram-se não aprovados os candidatos que obtenham classificação inferior a 10 valores, como tal se considerando por arredondamento a classificação inferior a 9.5 valores.

10.4 — Os critérios de apreciação e ponderação da avaliação curricular bem como da entrevista profissional de selecção, constam de acta de reunião do júri do concurso, que será facultada aos candidatos sempre que solicitada.

10.5 — A lista de candidatos admitidos e excluídos bem como a lista de classificação final, serão publicadas nos termos dos artigos 27.º, 31.º e 33.º do Decreto-Lei n.º 213/2000, de 2 de Setembro, sendo afixadas nas instalações da Administração Regional de Saúde do Centro, IP, sitas na Av. Fernão de Magalhães n.º 481-2.º Coimbra.

11 — Igualdade de oportunidades no acesso ao emprego

Em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

12 — Publicitação na Bolsa de Emprego Público

Nos termos do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 213/2000, de 2 de Setembro, o presente aviso será publicitado no *Diário da República*, 2.ª série, por extracto, em jornal de expansão nacional, e ainda na Bolsa de Emprego Público (www.bep.gov.pt) e no portal da internet desta Administração Regional de Saúde, www.arscentro.min-saude.pt.

2010-08-10. — O Presidente do Conselho Directivo, *Dr. João Pedro Pimentel*.

203642468

Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P.

Declaração de rectificação n.º 1815/2010

Por ter saído com inexactidão o aviso n.º 15658/2010, respeitante ao procedimento concursal comum para recrutamento de trabalhador com vista à constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, para o preenchimento de 12 postos de trabalho de técnico superior no âmbito regional do mapa de pessoal da ARS Lisboa e Vale do Tejo, I. P., publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 152, de 6 de Agosto de 2010, rectifica-se que onde se lê:

«9 — Composição e identificação do Júri:

Presidente: Maria Leonor Lima das Neves, Assistente Graduada Sénior, do ACES Grande Lisboa III — Lisboa Central;

1.º Vogal efectivo: Adélia Maria Poeiras Dias Fortuna, técnica superior Técnica de 1.ª Classe, do ACES Grande Lisboa III — Lisboa Central;

2.º Vogal efectivo: Maria Conceição Vieira Cabral de Melo, Técnica Superior, do ACES Grande Lisboa III — Lisboa Central;

1.º Vogal suplente: Luís Filipe Caeiro Guitana, Assistente Hospitalar de Estomatologia, do ACES Grande Lisboa V — Odivelas;

2.º Vogal suplente: Edna Marília Silva Pereira, Assessor Superior de Saúde, do Laboratório de Saúde Pública — ARSLVT.»

deve ler-se:

«9 — Composição e identificação do júri:

Presidente — Luís Filipe Caeiro Guitana, assistente hospitalar de estomatologia, do ACES Grande Lisboa V — Odivelas.

1.º vogal efectivo — Adélia Maria Poeiras Dias Fortuna, técnica superior de 1.ª classe, do ACES Grande Lisboa III — Lisboa Central.

2.º vogal efectivo — Maria Conceição Vieira Cabral de Melo, técnica superior, do ACES Grande Lisboa III — Lisboa Central.

1.º vogal suplente — Maria Leonor Lima das Neves, assistente graduada sénior, do ACES Grande Lisboa III — Lisboa Central.

2.º vogal suplente — Edna Marília Silva Pereira, assessora superior de saúde, do Laboratório de Saúde Pública — ARSLVT.»

26 de Agosto de 2010. — O Presidente do Conselho Directivo, *Rui Gentil de Portugal e Vasconcelos Fernandes*.

203642598

Declaração de rectificação n.º 1816/2010

Por ter saído com inexactidão o aviso n.º 16654/2010, respeitante ao procedimento concursal comum para recrutamento de trabalhador com vista à constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, para o preenchimento de quatro postos de trabalho de assistente operacional, no âmbito regional do mapa de pessoal da ARS Lisboa e Vale do Tejo, I. P., publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 162, de 20 de Agosto de 2010, rectifica-se que onde se lê:

«5.2 — São requisitos especiais:

a) Titularidade do nível habilitacional correspondente ao grau de complexidade funcional de grau 2, nas áreas de formação adequadas aos postos de trabalho para cuja ocupação o presente procedimento é publicitado;»

deve ler-se:

«5.2 — São requisitos especiais:

a) Titularidade do nível habilitacional correspondente ao grau de complexidade funcional de grau 1, nas áreas de formação adequadas aos postos de trabalho para cuja ocupação o presente procedimento é publicitado;»

26 de Agosto de 2010. — O Presidente do Conselho Directivo, *Rui Gentil de Portugal e Vasconcelos Fernandes*.

203642443

Despacho (extracto) n.º 13959/2010

Por despacho da Vogal do Conselho Directivo da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P., de 23/07/2010:

A candidata abaixo mencionada, em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, transita para a categoria de Técnica Especialista de 1ª classe, da carreira técnica de diagnóstico e terapêutica — área de fisioterapia, precedendo concurso interno limitado, nos termos do artº 63 do Decreto-Lei n.º 564/99, de 21 de Dezembro, e do Código do Procedimento Administrativo — Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, com a redacção que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro:

Agrupamento de Centros de Saúde Oeste I — Oeste Norte

Centro de Saúde das Caldas da Rainha

Teresinha Marques Noronha

Lisboa, 27 de Julho de 2010. — O Presidente do Conselho Directivo, *Rui Portugal*.

203644266

Despacho (extracto) n.º 13960/2010

Por deliberação do Presidente do Conselho Directivo da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P., de 05/08/2010, foi autorizada a alteração da respectiva posição remuneratória, com efeitos a 1 de Janeiro de 2008:

A assistente Técnica, Maria Percília Pinto Monteiro, que se encontra em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado (ex-nomeação definitiva), posicionada no nível intermédio entre 12 e 13, transita para nível superior, ficando posicionada no nível remuneratório 14 de acordo com o ponto 11.º da Portaria n.º 1553-C/2008, de 31 de Dezembro decorrente do disposto no n.º 4 do artº 117.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, pertencendo ao mapa de pessoal da ARSLVT, I. P., Agrupamento de Centros de Saúde da Grande Lisboa I — Lisboa Norte, decorrente do disposto do n.º 6 do artº 47.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro.

2010-08-09. — O Presidente do Conselho Directivo da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P., *Rui Gentil de Portugal Vasconcelos Fernandes*.

203643683

Despacho (extracto) n.º 13961/2010

Por despacho da Vogal do Conselho Directivo da ARSLVT, I. P., de 22 de Junho de 2010, foi autorizada a consolidação definitiva da mobilidade interna, do Técnico Superior, Albertino Santos Duarte, de acordo com o n.º 1 do artº 64.º da LVCR, pertencendo ao mapa de pessoal da ARSLVT, I. P., para o Agrupamento de Centros de Saúde da Grande Lisboa I — Lisboa Norte, nos termos do n.º 1 do artigo 64.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro.

16 de Agosto de 2010. — O Presidente do Conselho Directivo da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P., *Rui Gentil de Portugal e Vasconcelos Fernandes*.

203642857

Despacho (extracto) n.º 13962/2010

Por despacho da Vogal do Conselho Directivo da ARSLVT, I. P., de 22 de Junho de 2010, foi autorizada a consolidação definitiva da mobilidade interna, à assistente técnica, Andrea Maria Rosado Gomes Janelas, de acordo com o n.º 1 do artº 64.º da LVCR, pertencendo ao mapa de pessoal da ARSLVT, I. P., ao Agrupamento da Grande Lisboa III — Lisboa Central para o Agrupamento de Centros de Saúde da Grande Lisboa I — Lisboa